

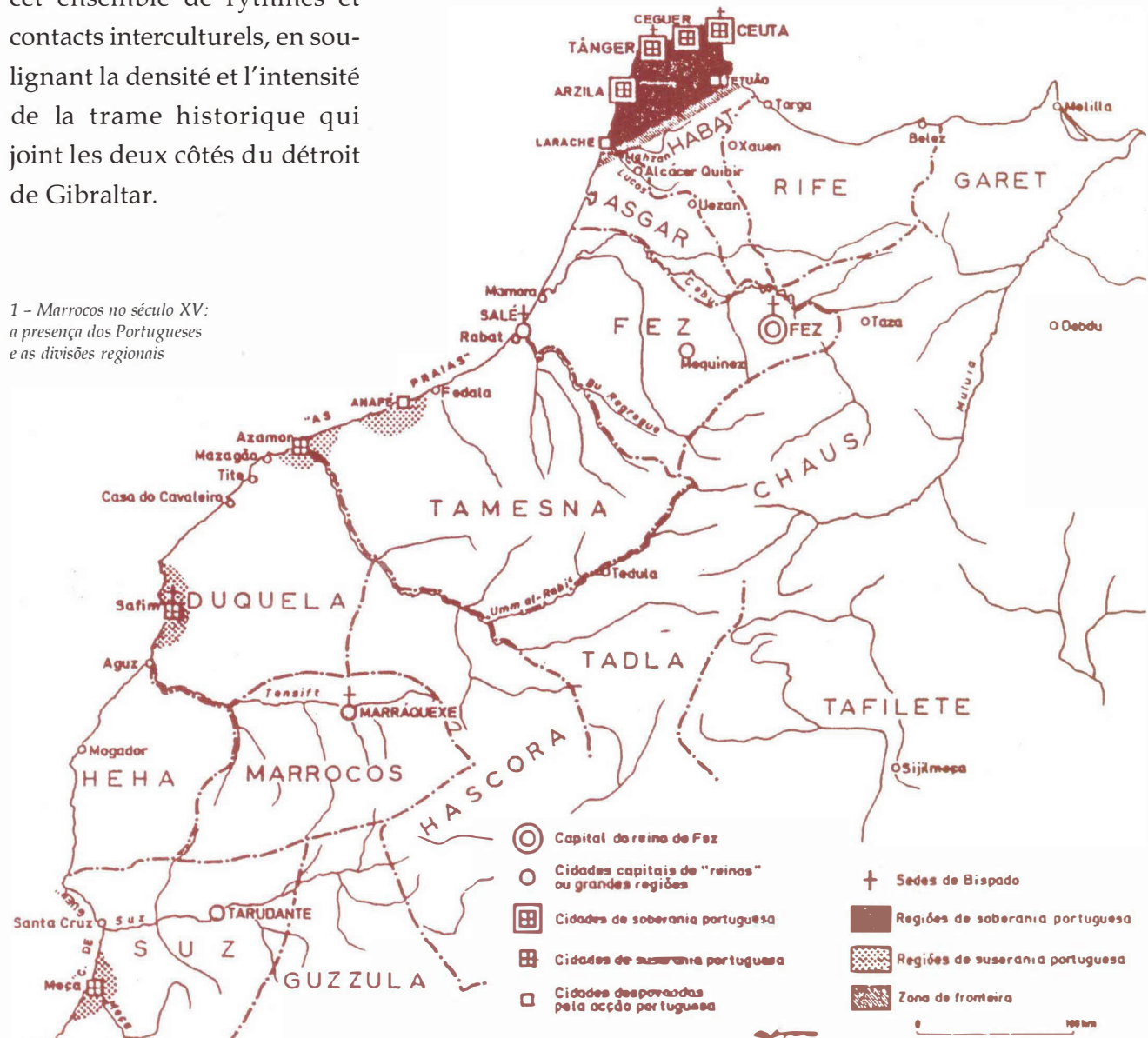
História Luso-Marroquina

Avec de multiples acteurs et de scènes d'action, l'histoire luso-marocaine est une tessiture de dynamiques géopolitiques, culturelles et sociales. António Dias Farinha dévoile cet ensemble de rythmes et contacts interculturels, en soulignant la densité et l'intensité de la trame historique qui joint les deux côtés du détroit de Gibraltar.

Os dois territórios no extremo ocidental da Europa e da África - Portugal e Marrocos - têm uma História com muitos pontos de contacto, afinidades estreitas e um rico património que ostenta as marcas das relações que fecundaram a vida dos dois povos. Impõe-se ter presente que a civilização Árabe-Muçulmana predominou

na Península Ibérica de *circa* 711 a 1492, sendo que o domínio político em Portugal se extinguiu em 1250, embora a herança cultural perdurasse tal como a presença de inúmeros "mouros" que desempenhavam os mais diversos misteres e que granjearam a fama de bons artífices e estrénuos trabalhadores.

1 - Marrocos no século XV:
a presença dos Portugueses
e as divisões regionais



Os Portugueses iniciaram a empresa marroquina em 1415, alargaram a sua acção no século XVI e permaneceram no país até ao abandono de Mazagão em 1769. Durante esse longo período, construíram um imponente conjunto de fortificações, uma densa malha urbana, ensaiaram e desenvolveram redutos defensivos, como os rebelins, as couraças e os molhes e inovaram na capacidade de planejar a arquitectura e de edificar em prazos muito limitados. Por tudo isto, ganharam a fama de grandes construtores e ainda hoje em Marrocos, mesmo no interior do país onde não chegaram, os naturais afirmam com convicção perante qualquer obra antiga de dimensão notável, que foram os portugueses a edificá-la. Igualmente, em muitos lugares de Portugal considera-se que os velhos monumentos foram obra do tempo dos mouros. Nestes casos, a sabedoria do povo guarda incólume a memória dos grandes momentos da História e traduz de forma expressiva aquilo que no passado mais o impressionou.

A instalação da civilização Árabe no al-Ándalus (termo que indica a parte do território ibérico submetido ao Islão) foi o resultado de um longo período expansionista, após a Revelação islâmica pelo profeta Maomé. Impõe-se recordar que no início dessa Expansão não houve uma verdadeira confrontação dos credos cristão e muçulmano e muitos não convertidos ao Islão participaram nas iniciativas políticas e militares dos Árabes. Por razões parcialmente fortuitas, o califado omíada manteve-se no al-Ándalus até ao século X (tendo sido banido pela dinastia abácida no Oriente em 750) e neste território acolheu os crentes de diversas religiões e apoiou o desenvolvimento de uma civilização de compromisso entre as suas diferentes componentes culturais e inovadora pelas soluções estéticas e funcionais que assumiu. O paradigma civilizacional e o mode-



2 - Mértola, na margem direita do Guadiana, conserva um património importante da época árabe-muçulmana

lo cultural do brilhante período do al-Ándalus perdurou após a reconquista cristã e as suas marcas revelam-se profusamente na arquitectura e na decoração mudéjar, pujante em Portugal, nas soluções técnicas inventadas ou adoptadas pelos Árabes, tais como a cúpula rebaixada, a construção em taipa, o arco em ferradura, as torres albarrãs e, sobretudo, a decoração geométrica de fino recorte, tantas vezes incrustada ou inscrita nos muros a sugerir caprichosas formas caligráficas e florais alegóricas à raiz linguística do Livro revelado.

A reconquista do território do al-Ándalus insere-se na lógica expansionista cristã que despertara perante a nova arremetida muçulmana provocada pela conversão em massa dos turcos seldjúcidas no século XI e dos otomanos dois séculos mais tarde. A reacção cristã foi assumida pelo Papado e mantida pelas Ordens militares e mendicantes e contrariada pela resposta muçulmana dos ulemas, tal como a de Ibn Taimiyya e das confrarias, particularmente activas em Marrocos.

A expansão cristã para outros continentes foi iniciada no século XV com a conquista de Ceuta em 1415. Para

esta efeméride contribuíram diversos factores, entre os quais a lógica da afirmação dos estados nacionais na Europa e, em particular, na busca, por Portugal, de âncoras ou amarras seguras em pontos estratégicos que equilibrassem as forças existentes na Península Ibérica entre os reinos de Castela e o de Portugal. A atracção existente pelos portos magrebinos exportadores do ouro do Sudão Ocidental (hipótese sugerida por Jaime Cortesão), por outras riquezas do solo africano e, ainda, pela vontade de controlar o comércio do eixo entre o Mediterrâneo e o Atlântico, levou os portugueses a estabelecerem-se solidamente em Ceuta, a fortificar a cidade e a abrigar os navios em molhes protegidos por couraças dos lados norte e sul do estreito istmo que separa a zona do monte Acho do território africano.

O sucesso da conquista e da manutenção de Ceuta foi decisivo para Portugal no início do século XV. A cidade situava-se no centro das rotas marítimas entre o Mediterrâneo e o Atlântico, era o terminal das vias terrestres para o interior de Marrocos e trans-saarianas. Era igualmente o ponto de mais fácil ligação do Magrebe com a



3 - As muralhas de Paderne (no Algarve português) são exemplo do modo de construção árabe no ocidente da Península e de Marrocos



4 - As muralhas de Arzila, no noroeste de Marrocos, atestam a solidez de construção das fortificações portuguesas



5 - A cidade de Azamor, conquistada em 1513 por D. Jaime, Duque de Bragança, tornou-se uma das cidades mais importantes no tempo dos Portugueses

Península Ibérica e, antes da conquista portuguesa, assegurava a ligação entre os reinos Nacerida de Granada e Merínida que tinha a capital em Fez. Ceuta recuperou, em breve, a sede episcopal que já detivera antes da anexação muçulmana e passava a ser o único núcleo cristão africano organizado que reconhecia a autoridade do Papa. Tinha, assim, uma enorme força simbólica para a Cristandade militante.

A presença na cidade africana, rodeada de inimigos, obrigou a Coroa portuguesa a um grande esforço para manter uma força marítima que protegesse a cidade e assegurasse o envio de reforços em caso de cerco e de abastecimento de víveres e de armas. A constante presença de

navios lusitanos nas áreas adjacentes a Ceuta, e entre aquela cidade e as longas viagens para o Reino, levou ao descobrimento ou à frequência de rotas para os arquipélagos atlânticos da Madeira, Canárias, Açores e Cabo Verde. Foi feito um grande esforço de reconhecimento da costa africana para encontrar possíveis aliados e para cercar o reino de Fez, o qual veio a traduzir-se na progressão de viagens além dos cabos Não e Bojador. A expedição a Tânger de 1437, a conquista de Alcácer Ceguer em 1458 e as sucessivas tentativas para entrar naquela cidade, nomeadamente em 1463-1464, foram coroadas de êxito quando, após a incorporação de Arzila e Tânger, em 1471, o monarca D. Afonso V se pôde intitular "Rei

de Portugal e dos Algarves daquém e dalém mar em África". Esse domínio foi reconhecido pelo rei de Fez e, apesar da presença contestada pelas populações locais, o soberano português detinha prerrogativas importantes como a de conceder terras, casas e vários direitos nas zonas de influência tradicional (termos) das quatro povoações então ocupadas. D. Manuel acrescentou várias cidades no centro e no sul de Marrocos, nomeadamente Safim, Santa Cruz do Cabo de Guer (Agadir), Azamor e Mazagão às possessões lusitanas. Foi possível negociar várias alianças com senhores locais e com o sultão oatácida de Fez que permitiram a existência de zonas de mouros de pazes mais ou menos extensas nos arredores das praças.

A assunção do poder pelos xarifes (termo que designa as pessoas consideradas descendentes do profeta Maomé) do Suz, criando uma nova dinastia - a dos sáidas - levantou vários problemas à presença dos portugueses no sul do Magrebe. Estes acabaram vencidos em Agadir (1451), pelo que progressivamente abandonaram Marrocos. Persistiram relações diplomáticas e económicas ocasionais com vantagens recíprocas. No entanto, uma querela dinástica na dinastia xarifina sáida em que o soberano Mulei al-Mutuwakkil foi destronado pelo tio Mulei Maluco ocasionou a ligação de D. Sebastião à causa do destronado e ao desastre de Alcácer Quibir (1578). Desde esse infausto acontecimento, foram sendo cedidas ou abandonadas as últimas praças portuguesas em Marrocos. Espanha procurou assumir essa presença em Ceuta, Melilla, Larache e Mamora, que perdura nas duas primeiras cidades até aos nossos dias. ■

ANTÓNIO DIAS FARINHA,
Professor da Faculdade
de Letras de Lisboa